

AGRICULTURA

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA

Extrato de Convênio nº 2023TR001040, Programa de Transferência nº **2023012294** e Proposta de Transferência nº **29020**. Participantes: Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Agricultura e o Município de Guaraciaba. **Objeto: Realização da Feira Agropecuária, Comercial, Industrial (FACIG) edição 2023**. Dos recursos: Repasse do Governo do Estado de Santa Catarina no Valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), com contrapartida financeira no valor de R\$ 35.978,59 (trinta e cinco mil, novecentos e setenta e oito reais e cinquenta e nove centavos). **Vigência:** O presente tem vigência a partir de sua publicação no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina até 31/12/2023. **Data e Assinatura:** Florianópolis/SC, 21/09/2023. **VALDIR COLATTO**, pela SAR e **VANDECIR DORIGON**, pelo município. SAR 1744/2023. Cod. Mat.: 939574

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA

TERMO DE CESSÃO DE USO TCU SAR 140/2023, firmado entre a Secretaria de Estado da Agricultura – SAR, representada por seu Secretário de Estado, Sr. Valdir Colatto e a Prefeitura Municipal de Barra Velha, representada pelo Sr. Douglas Elias da Costa. O objeto do presente Termo é a Cessão de Uso de **(01) RETROESCAVADEIRA, MARCA XCMG, MODELO XC870BR-1 SKD, CHASSI XUG08703HPPA01612, EQ-3664, PAT/SAR 30095**, início da vigência em 19/09/2023 e término em 31/12/2027. SGP-e SAR nº 1832/2023.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA

TERMO DE CESSÃO DE USO TCU SAR 143/2023, firmado entre a Secretaria de Estado da Agricultura – SAR, representada por seu Secretário de Estado, Sr. Valdir Colatto e a Prefeitura Municipal de Corupá, representada pelo Sr. Cláudio Finta. O objeto do presente Termo é a Cessão de Uso de **(01) RETROESCAVADEIRA, MARCA XCMG, MODELO XC870BR-1 SKD, CHASSI XUG 08703JPPA01683, EQ-3666, PAT/SAR 30097**, início da vigência em 21/09/2023 e término em 31/12/2027. SGP-e SAR nº 1835/2023.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA

TERMO DE CESSÃO DE USO TCU SAR 151/2023, firmado entre a Secretaria de Estado da Agricultura – SAR, representada por seu Secretário de Estado, Sr. Valdir Colatto e a Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio, representada pelo Sr. Nelson Virtuoso. O objeto do presente Termo é a Cessão de Uso de **(01) VEÍCULO, CAMINHÃO, MARCA VOLSKSWAGEN, MODELO 31.330 CRC CAB ESTENDIDA, EQUIPADO COM CAÇAMBA BASCULANTE, CHASSI Nº 9536Y8269PR035964, COR: BRANCO GEADA, DIESEL, MOTOR Nº 36773061, ANO 2022, MODELO 2023, RENAVAM: 01350891948, PLACA RYG-7H83, PAT/SAR 30089**, início da vigência em 19/09/2023 e término em 31/12/2027. SGP-e SAR nº 1843/2023.

Cod. Mat.: 939553

ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA

EXTRATO RESOLUÇÃO Nº 18 DO CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CEAS/SC

O Conselho Estadual de Assistência Social de Santa Catarina – CEAS/SC, em Reunião Plenária no dia 15 de agosto de 2023, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e pela Lei Estadual nº 10.037, de 26 de dezembro de 1995, e suas alterações, aprovou a Resolução CEAS/SC nº 18 que dispõe da aprovação “intotum” da Resolução nº 17, de 02 de agosto de 2023, que aprovou “adreferendum” a alteração das datas de realização da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social de SC, a qual encontra-se publicada na íntegra no endereço eletrônico: <https://www.sas.sc.gov.br/index.php/conselhos/ceas/resolucoes/2023-12>. Mais informações: ceas@sas.sc.gov.br. Gabriella Dornelles – Presidente do CEAS/SC.

Cod. Mat.: 939542

EXTRATO DAS RESOLUÇÕES Nº 19, 20 E 21 DO CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CEAS/SC

O Conselho Estadual de Assistência Social de Santa Catarina CEAS/SC, em Reunião Plenária no dia 19 de setembro de 2023, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e pela Lei Estadual nº 10.037, de 26 de dezembro de 1995, e suas alterações, aprovou a Resolução CEAS/SC nº 19 que Dispõe sobre a RETIFICAÇÃO da Resolução nº 09 que aprovou a Regulamentação dos Pisos de Cofinanciamento Estadual do SUAS por Meio do Fundo Estadual de Assistência Social de Santa Catarina - FEAS/SC, a Resolução CEAS/SC nº 20 que dispõe sobre a RETIFICAÇÃO da Resolução nº 10 que aprovou os critérios, prazos e procedimentos do repasse de recursos Estaduais alocados no Fundo Estadual de Assistência Social de Santa Catarina - FEAS/SC para o Cofinanciamento Esta-

dual de 2023, para os Serviços de Proteção Social Básica, Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, Benefícios Eventuais e Incentivo à Gestão do SUAS e a Resolução CEAS/SC nº 21 que aprova a Prestação de Contas do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS/SC do 2º semestre 2018, constante no Processo SST 1335/2021, as quais encontram-se publicadas na íntegra no endereço eletrônico:

<https://www.sas.sc.gov.br/index.php/conselhos/ceas/resolucoes/2023-12>.

Mais informações: ceas@sas.sc.gov.br.

Gabriella Dornelles – Presidente do CEAS/SC.

Cod. Mat.: 939543

EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 2574 - de 21/09/2023

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e com base na delegação de competência estabelecida nos termos do artigo 106, § 2º, da Lei Complementar nº 741 de 12 de junho de 2019 e artigo 4º do Decreto 1.860 de 13 de abril de 2022, resolve **CONSIDERAR PRORROGADA**, conforme Processo **SED 131557/2023**, a Portaria nº 6441 de 13/06/94, que Admitiu em Caráter Temporário, ALCIONEI NACIR FERNANDES GUIMARAES, matrícula nº 284.258-0-02, no cargo de Professor, na(o) EEB Tenente Almachio, código lotacional 779000012870, município de Florianópolis, no período de 02/06/94 a 27/09/94, por motivo de Licença Geração, para fins de regularização funcional.

PORTARIA Nº 2575 - de 21/09/2023

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, nomeado pelo Ato nº 03 de 02/01/2023, publicado no DOE nº 21.930 de 02/01/2023, pág.02, no uso de suas atribuições legais e conforme delegação de competência estabelecida nos termos do art. 106, § 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 741, de 2019 c/c art. 3º, §º 3º da Lei Complementar nº 491, de 2010, e art. 4º, inciso II, a, 1 e 2 e § único, do Decreto nº 1860 de 2022 e considerando as razões expostas no processo administrativo ora em análise, resolve DESIGNAR, com fundamento no caput e no § 3º do art. 3º, c/c os arts. 25, 26, 27 e 36, todos da LCE nº 491/2010, os servidores públicos ocupantes de cargo efetivo e estável superior ou de mesmo nível na categoria funcional do acusado, cujos nomes vão abaixo identificados, para constituírem **COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**, com a finalidade de apurar a(s) suposta(s) irregularidade(s) a seguir especificada(s): Processo Administrativo: **SED 135618/2023**;

Membro 1: (Presidente): JANAÍNA PATERNO GONÇALVES, Assistente Técnico Pedagógico, mat. nº 274.094.0.03, NV/REF: 04/I, lotada na CRE/Jaraguá do Sul, C.H 40h.

Membro 2: ANGELITA APARECIDA SOUZA VELHO WANDERWEGEN, Professora, mat. nº 344.390-6-02, NV/REF: 04/I, lotada na EEB Prof Valdete I P Zindars/Jaraguá do Sul, C.H. 40h.

Membro 3: ELIANE FORGIARINI, Assistente Técnico Pedagógico, mat. nº 337.922-1-03, NV/REF 04/G, lotada na CRE/Jaraguá do Sul, C.H 40h.

Provável (is) servidor(es) responsável(is): **(M.M)** Professora ACT, mat. nº 662.769-2. Resumo dos fatos: apurar conduta da servidora (M.M) por não realizar a devolução do notebook cedido para meio de comodato e pertencente ao patrimônio escolar da EEB Prof José Duarte Magalhães. Capitulação legal: se comprovado(s), o(s) fato(s) importaria(m) na violação, em tese, do(s) seguinte(s) dispositivo(s) legal (is): art.160, I e II; 163, caput; art. 166, V; art. 167, XI, da Lei nº 6.844/1986. Declaração de ausência de impedimento: Os servidores designados não incidem em nenhuma das vedações do art. 31 da LCE nº 491/2010. Prazos: A comissão deverá ser instalada no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação desta no DOE e encerrar-se-á no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, e em caso de força maior, por prazo determinado a critério da autoridade competente, não excedente a 60 (sessenta) dias, na forma do art. 38 da mesma Lei

PORTARIA Nº 2576 - de 21/09/2023

CONSIDERAR READAPTADO (A), de acordo com o Artigo 48, da Lei nº 6844 de 29 de julho de 1986, e conforme Processo **SED 134604/2023**, ROBERTO MARTINS DA SILVA, matrícula nº 339.525-1-03, ocupante do cargo de Professor, na EEB. Dom Afonso Niehues, código lotacional 762000691670, município de Itajaí, no período de 16/09/2012 a 14/03/2013, para fins de regularização funcional

PORTARIA Nº 2577 - de 21/09/2023

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, nomeado pelo Ato nº 03 de 02/01/2023, publicado no DOE nº 21.930 de 02/01/2023, pág.02, no uso de suas atribuições legais e conforme delegação de competência estabelecida nos termos do art. 106, § 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 741, de 2019 c/c art. 3º, §º 3º da Lei Complementar nº 491, de 2010, e art. 4º, inciso II, a, 1 e 2 e § único, do Decreto nº 1860 de 2022 e considerando as razões expostas no processo administrativo ora em análise, resolve **DESIGNAR**, com

fundamento no caput e no § 3º do art. 3º, c/c os arts. 25 26, 27 e 36, todos da LCE nº 491/2010, os servidores públicos ocupantes de cargo efetivo e estável superior ou de mesmo nível na categoria funcional do acusado, cujos nomes vão abaixo identificados, para constituírem **COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**, com a finalidade de apurar a(s) suposta(s) irregularidade(s) a seguir especificada(s): Processo Administrativo: **SED 132553/2023**;

Membro 1: (Presidente): ELMA MENDES GUEDERT, Orientadora Educacional, mat. nº 252.342-6-01, NV/REF: 04/I, lotada na SED/COJUR, C.H 40h.

Membro 2: DEYSE NARA SABEL VIEIRA, Professora, mat. nº 361.000-4-03, NV/REF: 05/C, lotada na CRE/Blumenau, C.H. 40h.

Membro 3: ALICIO SCHIELSTEL, Professor, mat. 312.180-1-04, NV/REF: 05/E, lotado na CRE/Brusque, C.H. 40h.

Provável(is) servidor(es) responsável(is): **(R.R.C)** Professor ACT, mat. nº 712.088-5. Resumo dos fatos: apurar conduta do professor por, enquanto servidor vinculado à rede municipal de Pomerode e à rede estadual de ensino, apresentar conduta inadequada ao assediar, sequestrar e manter sob cárcere privado menor de idade. Capitulação legal: se comprovado(s), o(s) fato(s) importaria(m) na violação, em tese, do(s) seguinte(s) dispositivo(s) legal (is): art.160, I e II; 163, caput; art.166, V; art. 167, XI, da Lei nº 6.844/1986. Declaração de ausência de impedimento: Os servidores designados não incidem em nenhuma das vedações do art. 31 da LCE nº 491/2010. Prazos: A comissão deverá ser instalada no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação desta no DOE e encerrar-se-á no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, e em caso de força maior, por prazo determinado a critério da autoridade competente, não excedente a 60 (sessenta) dias, na forma do art. 38 da mesma Lei.

ARISTIDES CIMADON

Secretário de Estado da Educação

Cod. Mat.: 939612

PORTARIA Nº 2578 de 21/09/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO AUTOS SED 29073/2021

DECISÃO

No exercício das atribuições a mim conferidas pelo artigo 3º do Decreto nº 1.106, de 31 de março de 2017, em razão da portaria N/3272 de 04.01.2022, DOE nº 21.681 de 05.01.2022, página 10, adoto, como fundamento deste ato, o Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização, e o Parecer nº: 709.2023.PGE.NUAI.SED.SC, da Consultoria Jurídica desta Secretaria de Estado da Educação para aplicar à empresa:

BALDESSAR CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA, as seguintes penalidades, as seguintes penalidades:

a) Multa no valor de R\$ 35.859,15 (trinta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e quinze centavos), correspondente a 3,5% (um vírgula zero por cento) (três vírgula cinco por cento) pelo faturamento bruto de 2020, com fulcro no que dispõe o artigo 6º, inciso I da Lei nº 12.846/2013, calculada segundo o disposto nos artigos 27 e seguintes do Decreto nº 1106/2017 e Decreto nº 899/2020;

b) Publicação Extraordinária da Decisão Condenatória, com fulcro no que estabelecem o inciso II do artigo 6º da Lei nº 12.846/2013 e o inciso II do artigo 25 do Decreto nº 1.106/2017, durante 30 (trinta) dias;

c) multa de R\$ 89.690,28 (oitenta e nove mil, seiscentos e noventa reais e vinte e oito centavos), calculada sobre os valores dos contratos, na forma do que dispõe o artigo 87, inciso II da Lei nº 8.666/1993, bem como a cláusula oitava, item 8.1, inciso II, alíneas “a” a “c”, do contrato 22; a cláusula décima primeira, item 10.1, inciso II, alíneas “a” a “c”, do contrato 24; e a cláusula décima, item I, alíneas “b5”, dos contratos 37, 38, 39, 72 e 73;

d) Suspensão, nos termos que dispõe o artigo 87, inciso III e o artigo 88, inciso II, ambos da Lei nº 8666/1993, bem como a cláusula 8.1, inciso III, alínea “e” do contrato 22; a cláusula 10.1, inciso III, a alínea “e”, do contrato 24; cláusula 10, inciso IV, alínea d dos contratos 37, 38, 39, 72 e 73.

Pela prática de fraude nos contratos 22/2018, 24/2018, 37/2018, 38/2018, 39/2018, 72/2018 e 73/2018, que foram celebrados com a Agência de Desenvolvimento Regional de Itajaí/SC e obtenção de vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos contratos, restando caracterizados os atos lesivos à Administração Pública Estadual previstos na alínea “d” do inciso IV do artigo 5º da Lei nº 12.846/2013, e do artigo 87 da Lei nº 8.666, de 1993, além da não execução do objeto dos referidos contratos, incorrendo na inexecução parcial e na fraude para recebimento por serviços não prestados.

Os efeitos desta decisão ficam suspensos até o decurso do prazo previsto no artigo 24 do Decreto nº 1.106/2017 e, caso haja apresentação de pedido de reconsideração, até o seu julgamento,

Uma vez transitado em julgado, para cumprimento da publicação extraordinária desta decisão administrativa sancionadora, nos termos do artigo 6º, §5º da Lei nº 12.846, de 2013 e do 34 do Decreto nº 1.106 de 2017, a pessoa jurídica deverá publicar, a suas expensas, o extrato desta decisão, conforme anexo, nos seguintes meios, cumulativamente:

- 1. No Diário Oficial do Estado de Santa Catarina
- 2. Em meio de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação da pessoa jurídica infratora ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional;
- 3. Em edital afixado no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, em localidade que permita a visibilidade pelo público, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias em tamanho não inferior a 210 mm de largura e 297 mm de altura, em fonte "Arial" ou similar, tamanho de fonte não inferior a "32" para o título, e "20" para o restante do texto; e
- 4. Na página principal do sítio eletrônico da pessoa jurídica infratora, pelo prazo de 30 (trinta) dias.

**EXTRATO DE DECISÃO A SER PUBLICADO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DECISÃO CONDENATÓRIA POR ATO LESIVO DA LEI Nº 12.846/2013**

Julgamento do Processo Administrativo de Responsabilização nº **SED 29073/2021**;

Decisão do Secretário de Estado da Educação, publicada no Diário Oficial do Estado de [número do DOESC],[DATA], [PÁGINA], pela aplicação das penalidades de multa, no valor de Multa no valor de R\$ 35.859,15 (trinta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e quinze centavos), com fulcro no que dispõem o inciso I do artigo 6º da Lei nº 12.846/2013, calculada segundo o disposto nos artigos 27 e seguintes do Decreto nº 1.106/2017 e Publicação Extraordinária da Decisão Condenatória, com fulcro no que estabelecem o inciso II do artigo 6º da Lei nº 12.846/2013 e o inciso II do artigo 25 do Decreto nº 1.106/2017, durante 30 (trinta) dias em face da pessoa jurídica:

BALDESSAR CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ nº 09.085.061/0001-73.

Pela prática de fraude nos contratos 22/2018, 24/2018, 37/2018, 38/2018, 39/2018, 72/2018 e 73/2018, que foram celebrados com a Agência de Desenvolvimento Regional de Itajaí/SC e obtenção de vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos contratos, restando caracterizados os atos lesivos à Administração Pública Estadual previstos na alínea "d" do inciso IV do artigo 5º da Lei nº 12.846/2013.

ARISTIDES CIMADON
Secretário de Estado da Educação

Cod. Mat.: 939613

**PORTARIA Nº 2579 de 21/09/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO
AUTOS SED 35859/2021**

DECISÃO

No exercício das atribuições a mim conferidas pelo artigo 3º do Decreto nº 1.106, de 31 de março de 2017, em razão da portaria N/3272 de 04.01.2022, DOE nº 21.681 de 05.01.2022, página 10, adoto, como fundamento deste ato, o Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização, e o Parecer nº. 708.2023. PGE.NUJ.SED.SC, da Consultoria Jurídica desta Secretaria de Estado da Educação para aplicar à empresa:

TJ SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA., as seguintes penalidades:

a) Multa no valor de R\$ 14.868,32(quatorze mil, oitocentos e sessenta e oito reais e trinta e dois centavos) pelo faturamento bruto de 2020, excluídos os tributos, com fulcro no que dispõe o artigo 6º, inciso I da Lei nº 12.846/2013, calculada segundo o disposto nos artigos 27 e seguintes do Decreto nº 1106/2017 e Decreto nº 899/2020;

b) Publicação Extraordinária da Decisão Condenatória, com fulcro no que estabelecem o inciso II do artigo 6º da Lei nº 12.846/2013 e o inciso II do artigo 25 do Decreto nº 1.106/2017, durante 30 (trinta) dias;

c) Advertência com fulcro no que dispõe o artigo 87, inciso I da Lei nº 8.666/1993.

Pela prática de fraude à licitação, em face da utilização de documento fraudulento (Alvará sanitário nº 906/2019) que tem como objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na execução de serviços de sanitização e desinfecção contra vírus e bactérias, incluindo COVID-19, nos ambientes externos e internos e controle microbiótico das edificações das unidades escolares da Regional 07 - Canoinhas compreendendo os municípios de Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Irineópolis, Major Vieira, Porto União e Três Barras, pertencentes à Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, restando caracterizados os atos lesivos à Administração Pública Estadual previstos nas alíneas "d" do artigo 5º, inciso IV da Lei nº 12.846/2013.

Os efeitos desta decisão ficam suspensos até o decurso do prazo previsto no artigo 24 do Decreto nº 1.106/2017 e, caso haja apresentação de pedido de reconsideração, até o seu julgamento. Uma vez transitado em julgado, para cumprimento da publicação extraordinária desta decisão administrativa sancionadora, nos termos do artigo 6º, §5º da Lei nº 12.846, de 2013 e do 34 do Decreto nº 1.106 de 2017, a pessoa jurídica deverá publicar, a suas expensas, o extrato desta decisão, conforme anexo, nos seguintes meios, cumulativamente:

- 1. No Diário Oficial do Estado de Santa Catarina;
- 2. Em meio de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação da pessoa jurídica infratora ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional;
- 3. Em edital afixado no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, em localidade que permita a visibilidade pelo público, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias em tamanho não inferior a 210 mm de largura e 297 mm de altura, em fonte "Arial" ou similar, tamanho de fonte não inferior a "32" para o título, e "20" para o restante do texto; e
- 4. Na página principal do sítio eletrônico da pessoa jurídica infratora, pelo prazo de 30 (trinta) dias.

**EXTRATO DE DECISÃO A SER PUBLICADO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DECISÃO CONDENATÓRIA POR ATO LESIVO DA LEI Nº 12.846/2013**

Julgamento do Processo Administrativo de Responsabilização nº **SED 35859/2021**

Decisão do Secretário de Estado da Educação, publicada no Diário Oficial do Estado de [número do DOESC],[DATA], [PÁGINA], pela aplicação das penalidades de multa, no valor de Multa no valor de R\$ 14.868,32(quatorze mil, oitocentos e sessenta e oito reais e trinta e dois centavos) com fulcro no que dispõem o inciso I do artigo 6º da Lei nº 12.846/2013, calculada segundo o disposto nos artigos 27 e seguintes do Decreto nº 1.106/2017 e Publicação Extraordinária da Decisão Condenatória, com fulcro no que estabelecem o inciso II do artigo 6º da Lei nº 12.846/2013 e o inciso II do artigo 25 do Decreto nº 1.106/2017, durante 30 (trinta) dias em face da pessoa jurídica:

TJ SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA inscrita no CNPJ nº 17.405.971/0001-14.

Pela prática de fraude na licitação em face da utilização de documento fraudulento (Alvará sanitário nº 906/2019) que tem como objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na execução de serviços de sanitização e desinfecção contra vírus e bactérias, incluindo COVID-19, nos ambientes externos e internos e controle microbiótico das edificações das unidades escolares da Regional 07 - Canoinhas compreendendo os municípios de Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Irineópolis, Major Vieira, Porto União e Três Barras, pertencentes à Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, restando caracterizados os atos lesivos à Administração Pública Estadual previstos nas alíneas "d" do artigo 5º, inciso IV da Lei nº 12.846/2013.

ARISTIDES CIMADON
Secretário de Estado da Educação

Cod. Mat.: 939614

**PORTARIA Nº 2580 de 21/09/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO
AUTOS SED 48836/2022**

DECISÃO

No exercício das atribuições a mim conferidas pelo inciso I do artigo 3º do Decreto nº 1.106, de 31 de março de 2017, adoto, como fundamento deste ato, o Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização, e o Parecer nº. 707.2023. PGE.NUJ.SED.SC, para aplicar à empresa:

WWT COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA DE PRODUTOS PERSONALIZADOS LTDA. (antiga Rama Comércio e Importação de Produtos Personalizados Ltda.), as seguintes penalidades:

a) Multa no valor de R\$ 317.786,17 (trezentos e dezessete mil, setecentos e oitenta e seis reais e dezessete centavos), correspondente a 6,5% (seis vírgula cinco por cento) pelo faturamento bruto de 2021, excluídos os tributos, com fulcro no que dispõe o artigo 6º, inciso I da Lei nº 12.846/2013, calculada segundo o disposto nos artigos 27 e seguintes do Decreto nº1106/2017 e Decreto nº 899/2020.

b) Publicação Extraordinária da Decisão Condenatória, com fulcro no que estabelecem o inciso II do artigo 6º da Lei nº 12.846/2013 e o inciso II do artigo 25 do Decreto nº 1.106/2017, durante 30 (trinta) dias;

c) multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato, pelo descumprimento das cláusulas contratuais, o que perfaz o valor de R\$ 952.339,50 (novecentos e cinquenta e dois mil, trezentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos), com fulcro no que dispõem o inciso II do artigo 87 da Lei nº 8.666/1993 e a cláusula décima nona, inciso II do Edital 231/2020.

Pela prática de fraude da ARP 231/2020, firmado com a Secretaria de Estado da Educação e obtenção de vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou na referida Ata de Registro de Preços, restando caracterizados os atos lesivos à Administração Pública Estadual previstos nas alíneas "d" e "f" do inciso IV do artigo 5º da Lei nº 12.846/2013, e suscetível da aplicação das sanções do artigo 6º da Lei nº 12.846, de 2013, do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 2002, e do artigo 87 da Lei nº 8.666, de 1993, além da não execução do objeto da ARP 231/2020, incorrendo na inexecução parcial e na fraude para recebimento por serviços não prestados. Os efeitos desta decisão ficam suspensos até o decurso do prazo previsto no artigo 24 do Decreto nº 1.106/2017 e, caso haja apresentação de pedido de reconsideração, até o seu julgamento. Uma vez transitado em julgado, para cumprimento da publicação extraordinária desta decisão administrativa sancionadora, nos termos do artigo 6º, §5º da Lei nº 12.846, de 2013 e do 34 do Decreto nº 1.106, de 2017, a pessoa jurídica deverá publicar, a suas expensas, o extrato desta decisão, conforme anexo, nos seguintes meios, cumulativamente:

- 1. No Diário Oficial do Estado de Santa Catarina;
- 2. Em meio de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação da pessoa jurídica infratora ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional;
- 3. Em edital afixado no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, em localidade que permita a visibilidade pelo público, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias em tamanho não inferior a 210 mm de largura e 297 mm de altura, em fonte "Arial" ou similar, tamanho de fonte não inferior a "32" para o título, e "20" para o restante do texto; e
- 4. Na página principal do sítio eletrônico da pessoa jurídica infratora, pelo prazo de 30 (trinta) dias.

**ANEXO: EXTRATO DE DECISÃO A SER PUBLICADO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DECISÃO CONDENATÓRIA POR ATO LESIVO DA LEI Nº 12.846/2013**

Julgamento do Processo Administrativo de Responsabilização nº **SED 48836/2022**

Decisão do Secretário de Estado da Educação, publicada no Diário Oficial do Estado de [número do DOESC],[DATA], [PÁGINA], pela aplicação das penalidades de multa, no valor de R\$ 317.786,17 (trezentos e dezessete mil, setecentos e oitenta e seis reais e dezessete centavos), com fulcro no que dispõem o inciso I do artigo 6º da Lei nº 12.846/2013, calculada segundo o disposto nos artigos 27 e seguintes do Decreto nº 1.106/2017 e Publicação Extraordinária da Decisão Condenatória, com fulcro no que estabelecem o inciso II do artigo 6º da Lei nº 12.846/2013 e o inciso II do artigo 25 do Decreto nº 1.106/2017, durante 30 (trinta) dias em face da pessoa jurídica:

WT COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA DE PRODUTOS PERSONALIZADOS LTDA (antiga Rama Comércio e Importação de Produtos Personalizados Ltda.), CNPJ nº 29.468.746/0001-06.

Pela prática de fraude a ARP 231/2020 firmado com a Secretaria de Estado da Educação e obtenção de vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou na referida Ata de Registro de Preços, restando caracterizados os atos lesivos à Administração Pública estadual previstos nas alíneas "d" e "f" do inciso IV do artigo 5º da Lei nº 12.846/2013.

ARISTIDES CIMADON
Secretário de Estado da Educação

Cod. Mat.: 939615

AVISO DE NOTIFICAÇÃO Nº 2581 de 21/09/2023